

Contradições e Desafios na Educação Brasileira 4

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



Willian Douglas Guilherme

(Organizador)

Contradições e Desafios na Educação Brasileira

4

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof.^a Dr.^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Dr.^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.^a Dr.^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof.^a Dr.^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C764	Contradições e desafios na educação brasileira 4 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Contradições e Desafios na Educação Brasileira; v. 4) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-376-7 DOI 10.22533/at.ed.767190106 1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação – Inclusão social. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 370.710981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Contradições e Desafios na Educação Brasileira” foi dividido em 4 volumes e reuniu autores de diversas instituições de ensino superior, particulares e públicas, federais e estaduais, distribuídas em vários estados brasileiros. O objetivo desta coleção foi de reunir relatos e pesquisas que apontassem, dentro da área da Educação, pontos em comuns.

Neste 4º e último Volume, agrupamos os artigos em torno dos temas “Dialogando com a História da Educação Brasileira” e “Estudo de casos”, sendo, na 1ª parte, 17 artigos e na 2ª, 11 artigos, fechando a coleção.

A coleção é um convite a leitura. No 1º Volume, os artigos foram agrupados nas “Ações afirmativas e inclusão social” e “Sustentabilidade, tecnologia e educação”. No 2º Volume, abordamos a “Interdisciplinaridade e educação” e “Um olhar crítico sobre a educação”. No 3º Volume, continuamos com a “Interdisciplinaridade e educação” e trazemos a “Educação especial, família, práticas e identidade”.

Entregamos ao leitor o livro “Contradições e Desafios na Educação Brasileira” com a intenção de cooperar com o diálogo científico e acadêmico e contribuir para a democratização do conhecimento.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A DITADURA CIVIL-MILITAR E A EDUCACAO NA BAHIA: CERCEAMENTO POLÍTICO E CONTINUIDADE DO PENSAMENTO LIBERAL DE ANÍSIO TEIXEIRA E NAVARRO DE BRITTO	
<i>Daniela Moura Rocha de Souza</i> <i>João Carlos da Silva</i> <i>Maria Cristina Nunes Cabral</i> <i>Lívia Diana Rocha Magalhães</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7671901061	
CAPÍTULO 2	16
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM CAMPINA GRANDE-PB: PRIMEIRAS ASPIRAÇÕES ACERCA DA CRIAÇÃO DA ESCOLA NORMAL (1958-1960)	
<i>Pâmella Tamires Avelino de Sousa</i> <i>Niédja Maria Ferreira de Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7671901062	
CAPÍTULO 3	28
A PRÁXIS PEDAGÓGICA NO ENSINO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA EM UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE PORTO NACIONAL/TO	
<i>Márcia Dall’Agnol</i> <i>Denise Regina da Costa Aguiar</i> <i>Michel Santos Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7671901063	
CAPÍTULO 4	40
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO EM CLASSES MULTISSERIADAS DAS ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI-PA	
<i>Edineuza Pantoja Moraes</i> <i>Benedito de Brito Almeida</i> <i>Sara Concepción Chena Centurión</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7671901064	
CAPÍTULO 5	51
ANÁLISE SOBRE A EDUCAÇÃO NO ESTADO DE RORAIMA: GREVE DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO NO ANO DE 2015	
<i>George Brendom Pereira dos Santos</i> <i>Mikaelly Cristiny de Almeida Pereira</i> <i>Sebastião Monteiro Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7671901065	
CAPÍTULO 6	66
AS CONTRIBUIÇÕES DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR	
<i>Amelioene Franco Rezende de Souza</i> <i>Laís Leni Oliveira Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7671901066	

CAPÍTULO 7	78
CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO HUMANA OMNILATERAL: UMA POSSIBILIDADE ATRAVÉS DA FILOSOFIA SOCIAL MARXIANA	
<i>Zuleyka da Silva Duarte</i> <i>Belkis Souza Bandeira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7671901067	
CAPÍTULO 8	94
DOCUMENTÁRIO: HISTÓRIA DE VIDA DE PROFESSORES ENTRE O PESSOAL E O PROFISSIONAL	
<i>Thiago Batista Assis</i> <i>Flomar Ambrosina Oliveira Chagas</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7671901068	
CAPÍTULO 9	110
HÉLIO OITICICA, AUGUSTO BOAL E PAULO FREIRE: PROPOSIÇÕES ANTROPOFÁGICAS E INTERCULTURAIS PARA O ENSINO DE ARTE	
<i>Ivete Souza da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7671901069	
CAPÍTULO 10	127
INCOMPATIBILIDADE ENTRE E O CURRÍCULO PROPOSTO PELA REFORMA DO ENSINO MÉDIO E A FINALIDADE DOS INSTITUTOS FEDERAIS	
<i>Marcelo Velloso Heeren</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76719010610	
CAPÍTULO 11	137
INDÚSTRIA CULTURAL E EDUCAÇÃO	
<i>Mariano Luiz Sousa dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76719010611	
CAPÍTULO 12	143
LEI 10.639/2003: UM ESTUDO SOBRE A HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA A PARTIR DE AÇÕES EXTENSIONISTAS EM BRAGANÇA-PA	
<i>Morgana da Silva Pereira</i> <i>Raquel Amorim dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76719010612	
CAPÍTULO 13	148
LENDAS, PARLENDAS E CONTOS: ENSINANDO COM A CULTURA POPULAR	
<i>Benedito de Brito Almeida</i> <i>Edineuza Pantoja Moraes</i> <i>Samara de Souza Machado</i> <i>Jânio Guedes dos Santos Lobato</i> <i>Jones da Silva Gomes</i> <i>Raiane Ribeiro Cardoso</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76719010613	

CAPÍTULO 14	160
ORIGEM DO SERVIÇO DE PARQUES INFANTIS NO ESTADO DO AMAZONAS	
<i>Pérsida da Silva Ribeiro Miki</i>	
<i>Kelly Rocha de Matos Vasconcelos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76719010614	
CAPÍTULO 15	170
PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: MÚSICA COMO METODOLOGIA DE TRABALHO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR	
<i>Daniela Rezende de Souza</i>	
<i>Laís Leni Oliveira Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76719010615	
CAPÍTULO 16	181
POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBA: 2006-2015	
<i>Silvia Sofia Scheid da Silva</i>	
<i>Maria de Fátima Rodrigues Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76719010616	
CAPÍTULO 17	196
SEJAM BEM VINDOS! OS SENTIDOS DA PASSAGEM DE UM MUSEU DE CIÊNCIAS ITINERANTE NO DISCURSO DO PÚBLICO PARTICIPANTE	
<i>Ana Carolina de Souza Gonzalez</i>	
<i>Wedencley Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76719010617	
CAPÍTULO 18	207
A NOTÍCIA COMO SITUAÇÃO EMERGENTE DO COTIDIANO PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA E LÍNGUA PORTUGUESA	
<i>Débora Perdoná</i>	
<i>Jonas Daniel do Amaral Pinto</i>	
<i>Leticia Gomes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76719010618	
CAPÍTULO 19	210
A PERCEPÇÃO E APLICAÇÃO DA LEI 11.645/08 NA PERSPECTIVA DOS EGRESSOS DO CURSO DE ARTES CÊNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	
<i>Andressa Christiny do Carmo Batista</i>	
<i>Valeska Ribeiro Alvim</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76719010619	
CAPÍTULO 20	222
A POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ: ENTRE A LÓGICA DO MERCADO E DO MUNDO DO TRABALHO	
<i>Joelson Juk</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76719010620	

CAPÍTULO 21	239
AMBIENTALIZAÇÃO DO CURRÍCULO A EXPERIÊNCIA EM CURSO NO CEFET-MG	
<i>Cynthia A. Bello</i>	
<i>José Geraldo Pedrosa</i>	
<i>Gleison Paulino Gonçalves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76719010621	
CAPÍTULO 22	253
ANÁLISE DA APLICABILIDADE DE FILMES DE ANIMAÇÃO COMO FERRAMENTA DE ENSINO EM CIÊNCIAS E BIOLOGIA	
<i>Pâmela Beatriz do Rosário Estevam dos Santos</i>	
<i>Vivian Cristina Costa Castilho Hyodo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76719010622	
CAPÍTULO 23	267
APLICAÇÃO DE CONCEITOS E PRÁTICAS DE ATIVIDADES DO MOVIMENTO MAKER NA EDUCAÇÃO INFANTIL – UM RELATO DE EXPERIÊNCIA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL 1	
<i>Roberta Emile Lopes de Oliveira</i>	
<i>Camila Amorim Moura dos Santos</i>	
<i>Edmar Egídio Purcino de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76719010623	
CAPÍTULO 24	278
ATIVIDADES LÚDICAS E ROTINA PEDAGÓGICA: RELATO DE EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS A PARTIR DO ESTÁGIO EM UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
<i>Dione Martins Magalhães</i>	
<i>Dayane Fernandes Ferreira</i>	
<i>Eraldo Carlos Batista</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76719010624	
CAPÍTULO 25	292
DIAGNÓSTICO DE SINALIZAÇÃO EM TRILHAS TURÍSTICAS: PARQUE MUNICIPAL DO MINDU - MANAUS/AM	
<i>Heleno Almeida Lima</i>	
<i>Claudio Nahum Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76719010625	
CAPÍTULO 26	308
RELATO DE OBSERVAÇÃO DE ESPAÇOS FORMAIS E NÃO FORMAIS	
<i>Marcela dos Santos Barbosa</i>	
<i>Lucas Antunes Tenório</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76719010626	
CAPÍTULO 27	317
SABERES DOCENTES: A FORMAÇÃO PEDAGÓGICA NA ESCOLA NORMAL DE CRUZEIRO DO SUL-ACRE	
<i>Maria Irinilda da Silva Bezerra</i>	
<i>Alisson Lima Damião</i>	
DOI 10.22533/at.ed.76719010627	

CAPÍTULO 28 328

UM ESTUDO SOBRE A POTENCIALIDADE DO MAPA CONCEITUAL PARA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA DOS CONCEITOS CIENTÍFICOS NO ENSINO FUNDAMENTAL

Felipa Pacífico Ribeiro de Assis Silveira

DOI 10.22533/at.ed.76719010628

SOBRE O ORGANIZADOR..... 340

ANÁLISE SOBRE A EDUCAÇÃO NO ESTADO DE RORAIMA: GREVE DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO NO ANO DE 2015

George Brendom Pereira dos Santos

Colégio Agnus Dei

Boa Vista – Roraima

Mikaelly Cristiny de Almeida Pereira

Universidade Federal de Roraima

Boa Vista – Roraima

Sebastião Monteiro Oliveira

Universidade Federal de Roraima

Boa Vista – Roraima

RESUMO: O presente trabalho busca através do método marxista de análise histórica (metodologia que possibilita a compreensão direta e material de um dado momento social, como por exemplo as manifestações populares que envolvam classes, são analisadas de forma bastante positivas por tal visão), fazer uma análise sobre a maior greve ocorrida na educação no Estado de Roraima, avaliando a estrutura educacional do estado de Roraima desde o advento da redemocratização e da formação do Estado Democrático de Direito no ano de 1988, bem como a composição da classe dos professores. Estão expostas algumas irregularidades que levaram, tanto professores da capital como do interior, bem como das áreas indígenas a se mobilizarem, realizando dessa maneira uma paralisação que foi concretizada no mês de março de 2015, na qual duraram onze dias, sendo o ponto de início

para a realização da greve que se estendeu até o dia 22 de outubro de 2015.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Greve; Roraima; Professores.

ABSTRACT : The present work searches through the Marxist method of historical analysis (methodology that allows the direct and material understanding of a given social moment, as for example the popular manifestations that involve classes, are analyzed in a very positive way by such a vision), do an analysis of the The biggest strike in education in the State of Roraima, evaluating the educational structure of the state of Roraima since the advent of redemocratization and the formation of the Democratic State of Law in 1988, as well as the composition of the teachers' category. There are some irregularities that have led both teachers from the capital and the countryside, as well as from the indigenous areas to mobilize, making a stoppage that took place in March 2015, in which lasted eleven days, being the starting point for the strike that lasted until October 22, 2015.

KEYWORDS: Education; Strike; Roraima; Teachers.

1 | INTRODUÇÃO

A presença coletiva e organizada dos professores pela afirmação do caráter profissional do trabalhador em educação e em defesa da prioridade das condições de trabalho, do caráter e da função pública dos serviços educacionais, assim como da gestão democrática da escola de qualidade para todos, marcou a década de 1980, dando novo sentido à luta pela reformulação dos cursos de formação de pessoal para o magistério.

A partir da Conferência Brasileira de Educação, realizada em 1980 em Goiânia, teve início uma mobilização dos profissionais da educação no país, com a qual foram estabelecidas duas vertentes para o debate em torno da questão: a primeira, encaminhada pelo MEC, e a segunda, encaminhada pela sociedade civil, buscando interferir nas decisões e garantir a autonomia da universidade na perspectiva de fixar currículo e propor a formação do educador em consonância com os anseios da sociedade.

De acordo com a Secretaria de Educação Básica, que tem como função zelar pela educação infantil, pelo ensino fundamental e pelo ensino médio. A educação básica é o caminho para assegurar a todos os brasileiros a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Atualmente, os documentos que norteiam a educação básica são a Lei nº 9.394 do ano de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e o Plano Nacional de Educação, aprovado pelo Congresso Nacional em 26 de junho de 2014. Outros documentos fundamentais são a Constituição da República Federativa do Brasil e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Com isso, pensar em educação pressupõe pensar a formação docente e a prática pedagógica com qualidade. Para tanto, se faz necessário entender a formação do professor e a qualidade nas estruturas das escolas para o desenvolvimento dos saberes docentes, o que exige qualificação, valorização profissional e políticas adequadas, com especial consideração às necessidades *lócus* de trabalho do professor. Nesse sentido, várias são as discussões sobre como melhorar a qualidade da educação no Brasil e mais variada ainda são as formas que cada Estado tem adotado para executar as Políticas Públicas Educacionais.

Dessa maneira, com o advento da redemocratização e da formação do Estado Democrático de Direito no ano de 1988, foi inaugurado junto com a nova constituição o Estado de Roraima, estado esse que recebeu vultuosas quantias para sua estruturação por meio do Governo Federal, garantindo dessa forma a construção de toda sua estrutura administrativa, educacional, saúde, segurança entre outros.

Com isso, tradicionalmente o ensino de qualidade concentrava-se na cidade de Boa Vista que é a capital do Estado, que dispunha de colégios com grande estrutura para atender as elites locais, porém, após grandes investimentos do Governo do

Estado a estrutura física foi homogeneizada em “escolas padrão”, construída em todo o estado para atender igualmente, pelo menos no fator estrutural, os alunos, tanto do ensino fundamental II como ensino Médio.

Mesmo com esse investimento, não se pode considerar uma educação de qualidade sem se ater ao meio social do aluno, que é a junção das condições econômicas do aluno com um meio favorável para o seu desenvolvimento. As populações empurradas e amarrotadas nos bairros periféricos historicamente alijadas do cuidado estatal frequentam as mesmas escolas que as elites locais, salvo o pequeno público que frequenta escolas privadas. Todavia, o rendimento mostra-se inegavelmente inferior com a baixa taxa de aprovação no vestibular e evasão no ano letivo.

É somente no ano de 2007 que a Secretaria Estadual de Educação se posicionou efetivamente à luz do que pontuava a legislação, em especial, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9.394/1996, consolidando-se com o Plano de Metas “*Compromisso todos pela educação*”, no qual, dentre as várias medidas adotadas para atendimento das 28 diretrizes propostas pelo governo federal, propôs-se a criação de um Centro Estadual de Formação que atendesse à necessidade de estruturar a política estadual de formação dos professores da rede estadual de ensino, e a melhoria do ensino na rede estadual de educação possibilitando uma igualdade de ensino para todos.

Entretanto, esse Plano de Metas não foi efetivado de fato, continuando o descaso em relação à realidade social dos discentes, bem como com a classe dos professores do Estado de Roraima, que continuaram sendo negligenciados pelo Governo, sofrendo com baixos salários e sem uma estrutura adequada para ensino de qualidade.

Tais fatos levaram os profissionais em educação a deflagrarem um movimento estruturado em reivindicações por melhorias na estrutura educacional, bem como na melhoria da qualidade salarial dos trabalhadores ligados diretamente ao sistema educacional.

2 | CONTEXTO GERAL DA EDUCAÇÃO EM RORAIMA: ESCOLAS, ORGANIZAÇÃO E PECULIARIDADES

No ano de 2015, o Estado contava com um grande número de escolas (391 escolas). No entanto, é preciso registrar que dessas, 203 escolas são indígenas, ou seja, mais da metade. Das 188 escolas não-indígenas, 113 estão localizadas na zona urbana e 75 na zona rural. (SECD-RR, 2015).

Diante desse quadro geral, merecem destaque as populações indígenas aldeadas, que gozam de reconhecimento de sua organização social e tem uma escola diferenciada, sendo que as populações indígenas que vivem na cidade não recebem o mesmo tratamento. Estas são vítimas de preconceito e discriminação no meio urbano, sobretudo no espaço educacional.

Esse contexto é consequência do final da década de 1980, que após os avanços políticos oriundos das conquistas de liberdade com o movimento das “Diretas Já” e a abertura política a educação viu surgir perspectivas de melhorias. Contudo, em termos de legislação, demoraria quase uma década para efetivar uma nova lei geral, em termos de ações, desde 1985. Mas isso não significava que estavam estagnados os processos de avanços, na verdade, muitas coisas havia acontecendo, inclusive no campo das políticas de formação inicial e continuada.

Em Roraima, por exemplo, data deste período a criação da Fundação de Educação Ciência e Cultura-FECEC para manter o Centro de Ensino Superior de Roraima-CESUR (PENA, 2008, p. 23), sendo que foi por meio desta instituição que a administração estadual realizou sua primeira oferta de habilitação em nível superior, em parceria com a Universidade Federal do Amazonas. Este era o embrião da Universidade Federal de Roraima, que viria a se consolidar com a lei 7.364 de setembro de 1985, tendo somente suas atividades acadêmicas em 1989, pelo decreto nº 98.127.

Dentro desse panorama, tradicionalmente o ensino de qualidade concentrava-se na cidade de Boa Vista, capital do Estado, que dispunha de colégios com grandes estruturas, denominados “Colégios Padrões”, sendo modelo arquitetônico idealizado e implantado na gestão do governador Neudo Ribeiro Campos no período de 1995 a 2002. O modelo inovador dessa estrutura foi denominado de “Modelo Padrão”, sendo o arquétipo de todas as escolas do Estado construídas naquele período. Tal “Modelo Padrão” de estrutura física estendeu-se até as escolas do interior do Estado, com o objetivo de atender igualmente todos os alunos da rede pública Estadual.

Porém, não se pode deixar de considerar o fato de que os colégios padrões inseridos no início dos anos 2000 foram um marco na educação do Estado, pelo fato da disponibilização para os discentes de boas estruturas físicas dos prédios das escolas, entretanto outro fator que não podemos deixar de analisar é a situação dos alunos que não possuem condições econômicas favoráveis ao seu desenvolvimento, e em busca de uma melhor educação os pais desses alunos os matriculam nas escolas do centro da cidade, tornando-as superlotadas de jovens oriundos da periferia da cidade.

Outro fator a ser destacado é o rendimento dos alunos de escolas públicas, que inegavelmente mostra-se inferior as escolas privadas, culminando em baixos números de aprovações no vestibular dos alunos oriundos da rede pública de ensino, além é claro, da evasão escolar durante o ano letivo que prejudica substancialmente o desenvolvimento do discente.

3 | DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO EM RORAIMA

Um índice importante que tem sido utilizado para aferir a qualidade da educação é o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), neste, conforme a tabela 1 demonstra que no ensino fundamental, houve um crescimento, a princípio satisfatório,

no entanto, encontra-se distante das projeções a serem alcançadas. Quanto ao ensino médio, o índice é sempre estável, sem demonstrar crescimento significativo.

8ª SÉRIE-9º ANO													
IDEB OBSERVADO					METAS PROJETADAS								
2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021	
3.2	3.5	3.7	3.6	3.5	3.2	3.4	3.7	4.1	4.4	4.7	5.0	5.2	
3ª SÉRIE- ENSINO MÉDIO													
IDEB OBSERVADO					METAS PROJETADAS								
2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021	
3.2	3.1	3.5	3.5	3.2	3.3	3.4	3.5	3.8	4.2	4.6	4.8	5.1	

Tabela 1: Resultados do IDEB no Estado de Roraima 2005-2013

Fonte: INEP/MEC.

O contexto educacional em Roraima, como revelam os indicadores sociais apresentados através do IDEB, desenvolveu-se em meio a um cenário de grandes desigualdades sociais e econômicas, no qual as oportunidades educacionais nunca foram igualmente distribuídas, o que gerou um elevado número de jovens e adultos que não conseguiram concluir o ensino básico. Esse trágico fato afeta, sobretudo os estudantes pertencentes aos grupos econômicos, sociais e étnicos raciais menos favorecidos da população.

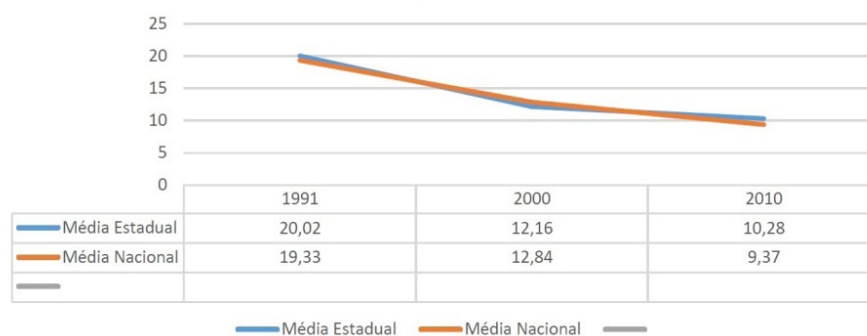


Gráfico 1: Evolução da taxa de analfabetismo em Roraima, linha do tempo da população acima de 15 anos

Fonte: Ministério da Saúde/DATASUS.

Considerando os dados do gráfico 1, o mesmo apresenta a negação do direito de acesso dos roraimenses à escolarização básica e que vem se perpetuando.

A negação desse direito compromete o desenvolvimento econômico e social do Estado, o exercício pleno da cidadania, a qualidade de vida do cidadão, o acesso ao conhecimento e aos bens culturais produzidos pela sociedade, a qualificação para a inserção no mercado de trabalho. Sendo assim, o baixo índice escolar precisa ser combatido com ações articuladas e investimentos adequados e proporcionais à dimensão da desigualdade educacional no Estado.

4 | ANÁLISE DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB EM FACE DO ORÇAMENTO DO ESTADO DE RORAIMA NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2015

O governo do Estado de Roraima, frequentemente alega não dispor de recursos financeiros para prover à adequada manutenção da rede estadual de ensino e conseqüentemente a valorização dos profissionais da educação que nela atuam. Todavia, a análise apenas superficial do orçamento do primeiro semestre do ano de 2015 em comparação ao mesmo semestre de 2014, revela que houve um expressivo acréscimo de receita, sobretudo, proveniente dos repasses do FPE¹. Além disso, há enorme obscuridade na aplicação dos recursos do FUNDEB² e nas transferências legais das receitas do Estado.

Janeiro	189.502.572,24
Fevereiro	202.361.030,09
Março	120.039.564,02
Abril	137.004.951,63
Maio	182.575.943,30
Junho	136.920.172,56
TOTAL	968.404.433,84

Tabela 2: REPASSES DO FPE NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2014

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Roraima (2015).

O volume dos recursos provenientes do FPE de 2014 relativos aos meses de janeiro a julho soma R\$968.404.232,60, sem as deduções constitucionais do FUNDEB que estão fixadas em um percentual de 20% do montante. Entretanto, de janeiro a julho de 2015 esse valor alcança a quantia de R\$1.035.080.449,66, resultando em um aumento no primeiro semestre de 2015 na ordem de R\$ 66.676.217,06.

Janeiro	184.577.001,82
Fevereiro	196.775.427,48
Março	143.321.996,02
Abril	154.682.411,89
Maio	190.216.218,48
Junho	165.507.393,97
TOTAL	1.035.080.449,66

Tabela 3: REPASSES DO FPE NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2015

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Roraima (2015)

1 Fundo de Participação dos Estados.

2 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

5 | ANÁLISE DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO ESTADO DE RORAIMA

Análise da LOA³ de 2015, em comparação a LOA de 2014, referente à receita dos tributos resultantes do Art. 212 Constituição Federal, revelam que há enorme distorção entre a previsão e a execução orçamentária anual no que concernem os recursos destinados à educação.

A LOA (2014 e 2015) fixou a receita da educação e do FUNDEB nos seguintes valores:

ANO DE 2014	
Transferência Constitucional para Educação	R\$ 135.525.491,00
Transferência do FUNDEB	R\$ 362.706.211,00
TOTAL	R\$ 498. 231.702,00
ANO DE 2015	
Transferência Constitucional para Educação	R\$144.331.397,00
Transferência do FUNDEB	R\$362.706.211,00
TOTAL	R\$ 507.037.608,00

Tabela 4: LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – 2014 e 2015

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Roraima (2015)

Primeiramente, vale ressaltar que a receita da transferência do FUNDEB informada na LOA de 2015 não trouxe nenhuma evolução em relação ao ano de 2014, ou seja, valores idênticos. A exposição dos dados numéricos relativos ao Orçamento Estadual, mesmo em caráter superficial, aponta para indícios de fortes irregularidades na elaboração, constituição e execução do Orçamento Público destinado a educação básica do Estado de Roraima mediante a comparação de dados.

6 | GREVE NA EDUCAÇÃO

Essas irregularidades levaram tanto professores da capital, como do interior e áreas indígenas a mobilizarem e realizarem uma paralisação que foi concretizada no mês de março de 2015 que durou onze dias, sendo assim instaurada a primeira greve.

Os profissionais da educação estadual pararam as atividades pela segunda vez no dia 10 de agosto de 2015, sendo por tempo indeterminado. Os professores entraram novamente em greve, alegando que o Governo do Estado havia descumprido o acordo firmado com o SINTERR⁴. Entre algumas exigências, estavam: a incorporação da GID aos salários dos professores; o pagamento das progressões horizontais e verticais; a implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações (PCCR) dos técnicos e profissionais de nível fundamental em Educação.

3 Lei Orçamentária Anual.

4 Sindicato dos Trabalhadores em Educação.

À época, Ornildo de Souza disse que durante as negociações foi acordado com o governo de que no prazo de 90 dias as questões seriam discutidas em uma comissão mista e uma lei sobre a GID seria apresentada à Assembleia Legislativa de Roraima, mas o prazo não foi cumprido.

Professores de todo o estado aderiram à greve, mas os do interior e indígenas negociaram com o governo e retornaram às aulas em setembro, após várias reuniões com o Executivo. (G1/RR, 2015)

Um dos principais pontos que os professores cobravam com as manifestações era a criação do PEE⁵. O plano tem vigência de dez anos, e ainda estabeleceria as diretrizes estadual na educação no Estado em consonância com o Plano Nacional de Educação, respeitando as peculiaridades locais, como a educação indígena, não indígena, os professores do campo e de jovens e adultos.

Dessa maneira, o PEE estabelece sobre com as seguintes diretrizes: a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar, a superação de desigualdades educacionais, melhoria da qualidade do ensino, formação para o trabalho e para a cidadania, além da promoção do princípio da gestão democrática da educação pública, como também a promoção humanística, aplicação de recursos, valorização dos profissionais de educação e respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Com bases nesses pontos, a greve estendeu-se até o dia 22 de outubro de 2015, sendo que várias propostas não tinha sido aceitas pelo Sindicato dos professores. Após uma reunião entre o sindicato e o governo ficou acordado que ali encerraria se a greve dos professores da rede estadual de ensino de Roraima. De acordo com a assessoria jurídica do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Roraima (SINTER), a maioria dos 39 pontos da pauta de reivindicações havia sido atendida e as conquistas foram bem proveitosas.

7 | ANÁLISE REFERENTE À GREVE

7.1 O Governo

Se contrapõe ao que pleiteou em sua campanha: um governo que propôs uma palavra-de-ordem: “governo do povo”, mas que se tornou um governo nepotista, pois como promessa propôs a educação como um ponto forte, porém tornou-se um rival a própria educação com a continuidade da política educacional da época do aparelhamento do Estado de Roraima, em contra ponto ao incentivo a docência por meio de salários atraentes, bibliotecas e merenda escolar de qualidade, atividades de extensão que acompanhem o desenvolvimento estrutural, e negligenciando o cumprimento previsto na lei 892/2013.

Procurou implantar a discórdia e a divisão do movimento sindical dos professores, atraindo pessoas que fazem parte do sindicato dos professores para firmar negociações

5 Plano Estadual de Educação.

sem o conhecimento da base dos educadores, se dedicando também a compra de professores que faziam parte da liderança do movimento grevista, ao invés das negociações; espalhou mentiras acerca de verbas para a educação, informando que não existia capital financeiro suficiente para aceitar as propostas dos educadores. Sua maior alegação para isso foi: “o governo anterior deixou o Estado no vermelho”, se utilizou da mídia para desfazer o movimento grevista, afirmando antes das reuniões prevista para acordar os pedidos, que a greve havia encerrado, ele procurava apenas negociar com pessoas que faziam parte da diretoria do SINTERR, as negociações por parte do governo foram feitas a partir da saída da então secretária Selma Mulinari, que era irreduzível nas negociações, apresentando sempre as propostas do governo, e não abria diálogo para a classe dos trabalhadores na educação.

7.2 O Sindicato

Formado por professores da rede pública estadual de ensino, composto por educadores das áreas rurais, indígenas e urbanas a greve que durou mais de 75 (setenta e cinco) dias houve uma divisão da categoria: de um lado a Diretoria do SINTERR e do outro o MOTE⁶ tido por muitos como radicais.

A Diretoria do SINTERR formada por membros que estão a mais de dez anos no poder; deixaram de lutar por melhorias da classe, propondo um diálogo mais fechado com o governo, onde apenas seus interesses particulares eram vigorosos, teve seu momento de abandono à classe dos professores no período da greve, pois não queria que a greve fosse deflagrada.

Dessa maneira, buscou o diálogo com o governo através de acordos que antes tinham sido negados, tais acordos se fizeram no mês de março do ano de 2015, na primeira paralização dos educadores, foram espalhadas mentiras acerca da mesma, onde informavam que já estavam vendidos para o governo. Debaixo de pressão vindas por parte da base dos educadores e do governo, a diretoria acabou sendo ausente, restando apenas o então presidente como figura permanente na greve, o presidente permaneceu durante o movimento grevista para mostrar que não havia abandonado a classe e que não havia se aliado ao atual governo.

O MONTE era composto pelos militantes da classe dos trabalhadores da educação que são opositores a atual Diretoria, muitos participantes ou simpatizantes dos partidos PSOL⁷ e o extinto PCO⁸. Além de serem independentes, buscavam o cumprimento integral da pauta de reivindicações da classe, considerado por membros da diretoria como a ala mais extremista do sindicato, por não ceder ao diálogo com o governo, mas no decorrer da greve, sua forma de militância foi mais flexível, ocorrendo um amadurecimento político no meio da greve, pressionou a todo o momento a atual diretoria do sindicato, como forma de garantir que o movimento permanecesse,

6 Movimento de Oposição dos Trabalhadores em Educação.

7 Partido Socialismo e Liberdade.

8 Partido da Causa Operária.

durante esse processo convocaram duas assembleias para propor a retirada dos então representantes do SINTERR.

Não obstante disto, os professores indígenas também reivindicavam as melhorias estruturais para as escolas das áreas indígenas. Procuravam negociar separadamente com o governo, pois existia uma divisão entre indígenas e não-indígenas.

O grupo possuía pauta própria e encabeçavam reuniões com representantes do Estado, vindo a abandonar por duas vezes o movimento sindical geral e voltando logo em seguida pelo não cumprimento dos acordos por parte do governo. Eram representados em dois grupos, a OPIRR (Organização dos Professores Indígena de Roraima) e a liderança das comunidades (Tuxauas), onde não existia um diálogo entre as mesma, causando assim divisões que vigoravam e enfraqueciam as negociações. Por duas vezes os indígenas abandonaram a greve, acreditando no governo e deixando de lado as causas dos professores da rede urbana, os representantes indígenas se posicionavam como a voz dos educadores de sua região, assim formou a união dos Tuxauas de cerca aproximadamente 40 comunidades indígenas de Roraima, para delegar reivindicações rente ao presente governo, mas o governo se apoderou de poder de compra e procurou manipular os representantes. O CIR (*Conselho Indígena de Roraima*) por sua vez, participou da greve tentando enfraquecer o movimento grevista.

7.3 A Comunidade

A comunidade tem um papel fundamental na educação, cabe à escola promover a integração em conjunto com a comunidade, porém a gestão escolar precisa estar disposta a trabalhar com o intuito de garantir essa inter-relação. Logo, a gestão escolar fará isso de maneira mais coerente se adotar os moldes de uma administração escolar democrática. A presença da comunidade no âmbito escolar é essencial, para compreender as falhas que o sistema educacional apresenta, além de presenciarem o ambiente em que seus filhos frequentam, buscando melhorias juntamente com os professores para uma educação básica de qualidade.

Boa parte estava dos alunos estavam junto com os professores na greve. Seu apoio aos professores se deu pela convivência escolar, levando a perceber a realidade vivida pelos docentes. Dois grupos estavam na greve: a ASSOER (Associação dos Estudantes de Roraima) e a URES (União Representante dos Estudantes do Brasil). A ASSOER entrou na greve por ser a favor da causa dos alunos e professores, tendo seu foco nos estudantes, a URES se agrupou ao conjunto de professores na greve, pelo simples fato de ser oposição ao presente governo.

Já a participação dos pais, responsáveis e da comunidade de modo geral foi pouca na greve, pois sua preocupação estava voltada para o calendário escolar, chegando ao ponto de acreditar nas mentiras implantadas pelo governo, onde era salientado que os professores eram irredutíveis e não queriam abrir negociações.

7.4 Estrutura Escolar

Estão a cada dia esquecidas; escola que comportam um excessivo número de alunos; estruturas sem suporte técnico necessário para o desenvolvimento das aulas, as reformas de elevados custos realizadas pelo governo são muitos superficiais, se dedicando apenas a pinturas de paredes e troca de lâmpas, e reaproveitamentos de matérias já utilizados.

Além de que os gestores são indicados, como também à manipulação de recursos destinados às escolas (merenda e materiais didáticos), falta de compromisso dos gestores no desenvolvimento profissional dos docentes e a negligência aos que fazem parte da atividade-meio (Terceirizados).

8 | POLÍTICA - OPOSIÇÃO

8.1 O Governo

A proposta de um governo mais aberto e democrático rente ao interesse voltado para cada classe. Referente à greve, a escolha do secretário tem que ser dividida em duas etapas, a análise curricular como sendo a primeira e posteriormente a eleição feita em assembleia.

As eleições realizadas em assembleia teriam a participação de todos os professores, tanto do interior quanto os da capital. Não deixando de também entrar como participantes do corpo eleitoral, os representantes de bairros e os representantes de alunos (líderes de grêmios estudantis). O papel do estado e fundamental nesse processo de políticas públicas na educação é tarefa de todos que acreditam no direito à educação exigir que o Estado efetive políticas públicas para a educação de qualidade, concebendo-a não como simples acesso às escolas e sim à garantia ao conhecimento historicamente construído, pois a educação é por direito elemento básico para a construção da cidadania.

A busca para poder influenciar o interesse da comunidade nesse quesito seria a procura dos professores, em estimular os alunos na formação dos grêmios estudantis e a participação mais efetivas dos mesmos nas atividades escolares. Essa estimulação se daria com a aproximação dos alunos da escola, através de semanas de cultura, seminários educativos, gincanas entre escolas, dinâmicas educacionais e políticas.

8.2 O Sindicato

Devido às desconfianças existentes pela base, tanto o da diretoria quanto do MOTE, torna-se necessário que se forme uma nova composição de membros que traga novamente a confiança da classe. Após a greve, os professores se politizaram mais, e saíram com uma participação mais ativa nos interesses de sua categoria, demonstrando que o grupo está acordando.

Rente a esse conjunto de fatores, o surgimento de um grupo que venha suscitar

essa confiança novamente, e propor uma união entre os dois lados, e tendo como principal objetivo a melhoria da base, e um distanciamento dos interesses particulares, e que venha se formar uma união entre educadores. Um sindicato mais democrático, com a participação de todos os professores, sem interesses pessoais, fortaleceria a educação no estado. Novas eleições, de forma democrática, com a participação de chapas que apresentassem propostas em prol do sindicato. Eleições a cada 4 anos com chapas diferentes para haver uma democratização justa perante esse sindicato e não venha se repetir o fato de um grupo se apossar da diretoria, causando discórdia por sua estadia na frente do sindicato.

8.3 A Comunidade

Promover a integração da escola com a comunidade não é algo impossível de se acontecer na prática, porém a gestão escolar precisa estar disposta a trabalhar com o intuito de garantir essa inter-relação de colaboração e ajuda mútua e ela fará isso de maneira mais coerente se adotar os moldes de uma administração escolar democrática. O grande problema em relação à comunidade está de forma geral no incentivo e na participação na vida escolar, não me refiro apenas nos pais com filhos matriculados, mas com estadia da comunidade com o interesse de desenvolvimento da própria comunidade.

8.3.1 alunos

Uma maneira de estabelecer esse processo de integração seria a realização de eleição para as entidades que estão lidando com os alunos na rede pública (ASSOERR e URES), com a participação de todos os alunos, mas para isso é preciso o interesse de desenvolver os grêmios estudantis nas escolas. Esse desenvolvimento se daria por uma conjuntura de eleições feitas por assembleia, não fugindo a participação dos professores que estarão juntos no desenvolvimento político e social dos alunos. Caberia aos grêmios uma eleição democrática e direta, tendo em vista que os líderes sairiam como representantes de cada escola.

8.3.2 pais, responsáveis e comunidade em geral

A reestruturação das lideranças de bairro torna-se essenciais para uma maior participação dos pais na vida escolar dos alunos. Essa essência torna-se uma ferramenta para um desenvolvimento da comunidade escolar e da própria escola.

Para reativar a liderança de bairros, é de suma importância, o interesse dos próprios professores, em seu bairro, buscar unir seus vizinhos e colegas para a melhoria. Fazendo isso através de divulgações e convocações de reuniões. E demonstrando aos filhos que estudam em escola pública, que os pais são importantes para o desenvolvimento da educação.

Seminários gratuitos voltados para o desenvolvimento estrutural de seus bairros,

visando sempre à melhoria das escolas. E sempre dialogando na comunidade geral uma proposta que melhore as condições físicas e estruturais das escolas dos bairros em geral.

8.4 A Terceirização

As causas do aumento da terceirização vêm em relação com a diminuição dos custos com funcionários. Afinal, para as empresas, sai mais barato que parte de sua mão de obra seja contratada por terceiros, em vez de mantê-los sob a sua tutela, o que eleva os gastos com direitos trabalhistas e eventuais problemas de segurança do trabalho, como indenizações e outras questões. Além da precarização das condições de trabalho, existe também outra questão que gera muitas críticas em relação ao aumento da terceirização: uma possível elevação do trabalho “escravo”.

Afim, de combater a precarização das condições de trabalho é necessário que se forme uma diretoria que venha lutar pela melhoria da classe. Essa diretoria sairia com o apoio dos professores que vivem com os mesmos na luta diária por uma melhoria das estruturas de trabalho, sendo acompanhadas dos alunos e da comunidade.

8.5 Estruturas Escolas

Diante do cenário atual das estruturas da escola, tanto na parte pedagógica quanto física, a interferência desse ambiente escolar quanto a qualidade do ensino e do aprendizado, cria uma estrutura deficiente e torna as atividades de alunos e professores mais complicadas e pode contribuir, inclusive, com a evasão de estudantes.

A desestruturação, tanto física como pedagógica, se dá pelo fato de gestores fazerem uma espécie de danças da cadeira, onde quem toca a música são os governantes que estão ligados intimamente à indicação da Secretaria de Educação.

Junto com a proposta apresentada no governo, faz-se assim uma proposta semelhante, pois a gestão das escolas formaria através da participação de toda comunidade escolar uma eleição com participação da comunidade e da Associação de Pais e Mestres da escola, onde a eleição se daria na mesma forma que a escolha do secretário de educação, composta por duas etapas (a primeira de análise curricular e a segunda por eleições em assembleia), fazendo assim uma participação de todos os que estão ligados à escola.

E a responsabilidade da estruturação física seria mais acentuada para o gestor, que teria uma maior responsabilidade com o prédio, com o corpo docente e com a equipe de apoio.

Sem dúvida que isso passa também pelo combate à corrupção, pelo aumento do percentual do PIB destinado à Educação, de 5% para 10%; pela distribuição justa dos recursos nos três níveis de ensino (a maior parte do dinheiro hoje vai para o nível superior) e pelo equilíbrio de investimentos entre os três níveis de governo (o governo federal é o que mais arrecada e o que menos investe). É preciso, acima de

tudo, vontade política.

9 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que tenhamos gestores Escolares competentes, é preciso primeiramente, que se mude o atual modelo de gestão. Urge cumprir a Lei 9.394/96, que prevê uma gestão democrática, implantando eleição direta com critérios predefinidos que impeçam manipulações político-partidárias e a eleição de pessoas sem a menor qualificação profissional.

É preciso, por conseguinte, que o professor receba valorização profissional, com alívio da carga horária, salário igual ou superior, por exemplo, ao dos profissionais de carreira do Judiciário, financiamento de sua formação continuada e condições dignas de trabalho.

Para que os funcionários de apoio atuem como educadores, é necessário que sejam valorizados com boa formação acadêmica e com planos de carreira promissores.

É inadmissível que os serviços de apoio técnico nas Escolas sejam terceirizados ou que os profissionais concursados recebam um salário mínimo ou pouco mais que isso, como vem ocorrendo em todos os níveis de governo.

Para que a avaliação seja completa e ampla, é necessário que o professor tenha boa formação. Mas é preciso também que se defina um padrão mínimo de qualidade para cada série e um sistema eficaz de acompanhamento dos alunos que apresentem deficiência de aprendizagem, a fim de promover o nivelamento das turmas. É inaceitável um aluno que conclua a quarta série do ensino fundamental sem conhecer as quatro operações e sem saber ler e escrever um simples texto.

Sem dúvida que isso passa também pelo combate à corrupção, pelo aumento do percentual do PIB destinado à Educação, de 5% para 10%; pela distribuição justa dos recursos nos três níveis de ensino (a maior parte do dinheiro hoje vai para o nível superior) e pelo equilíbrio de investimentos entre os três níveis de governo (o governo federal é o que mais arrecada e o que menos investe). É preciso, acima de tudo, vontade política.

REFERÊNCIAS

CORRÊA FILHO, Carlos Sérgio de Souza. **Formação continuada para professores de história da rede estadual de educação de Roraima no período de 2008 a 2011: dificuldades e avanços.** Carlos Sérgio de Souza Corrêa Filho. Orientador: Professor Msc Carlos Augusto Valle Evangelista. Boa Vista-RR: UFRR – Universidade Federal de Roraima, 2014.

NASCIMENTO, Raimundo nonato Ferreira do. **Educação escolar em um contexto plural: políticas de reconhecimento e prática pedagógica em uma escola de Boa Vista-RR.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Antropologia, 2009.

PENA, Maria Odete Calheiros. **A formação continuada e prática pedagógica na percepção dos**

professores nas escolas estaduais de ensino médio do município de Boa Vista – Roraima. Tese de doutorado. Universidad Autónoma De Asunción. Paraguai, 2008.

VIEIRA, Vanessa. G1. **Plano Estadual de Educação é aprovado incluindo texto sobre Educação Indígena.** 2015. Disponível em: < <http://www.folhabv.com.br/noticia/Plano-Estadual-de-Educacao-e-aprovado-incluindo-texto-sobre-Educacao-Indigena/9596>>. Acessado em: 20/01/2016.

DEEPASK. Confira a evolução da taxa de analfabetismo no seu estado – Roraima. Disponível em: <<http://www.deepask.com/goes?page=roraima-Confira-a-evolucao-da-taxa-de-analfabetismo-no-seu-estado>>. Acessado em: 20/10/2016.

DEEPASK. Confira dados da taxa de analfabetismo no seu estado – Roraima. Disponível em: <<http://www.deepask.com/goes?page=roraima-Confira-dados-da-taxa-de-analfabetismo-no-seu-estado>>. Acessado em: 20/10/2016.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: Educação – Amostra.** Disponível em: < https://ww2.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rr&tema=censodemog2010_educ>. Acessado em: 20/10/2016.

Erivelton R. Almeida. **A receita para melhorar a educação - como implantar os itens de excelência?** 2011. Disponível em: <<http://escolapraque.blogspot.com.br/2011/05/receita-para-melhorar-educacao-como.html>>. Acessado em: 20/01/2016.

INEP. **Resultados do IDEB no Estado de Roraima 2005-2013.** Disponível em< <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>> acesso em 20/01/2016.

MARQUES, Érico Veríssimo; MARQUES, Marcelo. G1. **Após mais de 70 dias, professores da rede estadual encerram greve em RR.** 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2015/10/apos-mais-de-70-dias-professores-da-rede-estadual-encerram-greve-em-rr.html>>. Acesso em 20/01/2016.

Ministério da Saúde/DATASUS. **Escolaridade da população de 15 anos ou mais – Roraima.** Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/censo/cnv/escaRR.def>>. Acessado em: 20/10/2016.

Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Roraima (2015). Relatório das inconsistências do orçamento do estado de Roraima comparativo referente aos recursos do FUNDEB e FPE nos anos 2014 e 2015.

SOBRE O ORGANIZADOR

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme: Pós-Doutor em Educação, Historiador e Pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins e líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia”. E-mail: williandouglas@uft.edu.br

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-376-7

